

A associação da Embraer com a Boeing

JOAQUIM FRANCISCO DE CARVALHO

A associação da Embraer com a Boeing, mediante a criação de uma "joint venture" em que a segunda detém 80% do controle acionário, foi objeto de copioso noticiário orquestrado em tom de propaganda, no qual o negócio aparecia como altamente vantajoso para a Embraer.

Para estrear a propaganda, citava-se a associação da canadense Bombardier com a Airbus, esquecendo que o grupo europeu assumiu não mais do que 50,1% do controle da sociedade e que o objetivo desse acordo é de ampliar o acesso das duas empresas ao mercado de jatos de médio porte (100 a 200 passageiros).

Os aviões continuarão a ser produzidos no Canadá (fuselagem e cockpit) e na Irlanda do Norte (asas).

A Embraer foi criada em 1969, por engenheiros oriundos do ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica), que tinha sido criado em 1950, em São José dos Campos.

Essa origem e a proximidade geográfica favoreceram uma estreita cooperação entre pesquisadores e engenheiros das duas instituições, estimulando o desenvolvimento da tecnologia nacional nos campos da

ciência dos materiais, eletrônica de instrumentação e controle, mecânica fina e de precisão etc.

Na estruturação desse importante complexo industrial, foi decisiva a participação do Estado, com sua capacidade de investimento e compra de equipamentos e, principalmente, com a sua liberdade para reinvestir parte dos lucros na transferência e adaptação de tecnologias provenientes de países desenvolvidos, assim como na formação de engenheiros, técnicos e operários especializados.

Foi assim que se consolidou no Brasil uma importante indústria de equipamentos eletromecânicos; criaram-se pequenas e médias indústrias e se formaram milhares de engenheiros e técnicos altamente qualificados, não apenas no campo da construção de aeronaves, mas também em diversos segmentos industriais, em áreas como construção mecânica, equipamentos elétricos, mecânica fina e eletrônica de instrumentação e controle.

As indústrias de autopeças e de máquinas-ferramentas, entre outras, progrediram muito no Brasil, graças a tecnologias desenvolvidas no ITA e na Embraer.

O ativo intangível representado pelo know-how acumulado nessa espécie de "Vale do Silício" não foi contemplado na associação com a Boeing --e esta não assume nenhum compromisso de manter no Brasil as atividades de pesquisa/desenvolvimento aqui desenvolvidas.

A Boeing concentra nos Estados Unidos toda a fabricação de seus aviões. É pouco provável que a "joint venture" por ela controlada tenha interesse em contratar serviços com firmas de engenharia brasileiras, muito menos por adquirir componentes fabricados no Brasil, de modo que, de certeza, serão extintas muitas empresas-satélites da Embraer, perdendo-se assim milhares de postos de trabalho qualificado, exatamente como vem acontecendo com as empresas de energia elétrica, que começaram a ser vendidas para grupos estrangeiros durante o governo FHC. E por aí vai-se desindustrializando o Brasil.

Joaquim Francisco de Carvalho
Doutor em energia (USP), ex-chefe do setor industrial do Ministério do Planejamento e ex-diretor industrial da Nuclen (atual Eletronuclear)

Crise fiscal zera pagamentos a 508 programas federais neste ano

Mariana Carneiro
Julio Wiziack
BRASÍLIA

A menos de três meses do fim do ano, mais de 500 ações do governo federal previstas no Orçamento não receberam nenhum centavo. Cerca de 20% dessas ações estão sem dinheiro desde que o presidente Michel Temer assumiu o posto, em 2016.

Ao todo, 1.585 programas federais estão previstos no Orçamento deste ano.

Com a falta de recursos, ficam comprometidos projetos de construção de hospitais, penitenciárias, sistemas de alerta de desastres naturais, compra de medicamentos de portadores de doenças raras e preservação do patrimônio histórico e natural.

Em 2018, R\$ 9 bilhões para essas ações ainda não foram efetivamente pagos.

Na semana passada, o Museu Nacional pegou fogo e seu acervo foi destruído, em um episódio que indica negligência com a manutenção e a segurança do edifício público.

Os repasses à instituição, vinculada à UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), caíram à metade em cinco anos. O governo atribuiu a responsabilidade pela falta de verba à universidade, que gasta quase todos os seus recursos (87%) com folha salarial. Com isso, sobra pouco para repassar ao museu.

O problema, no entanto, se repete no governo federal --91% do Orçamento está comprometido com despesas obrigatórias.

O próximo presidente enfrentará um cenário ainda mais complicado, com as despesas obrigatórias consumindo 93% do Orçamento em 2019, o mais elevado patamar desde 2006.

O bilionário déficit nas contas

públicas, que se arrasta desde 2014, impôs o atual ajuste fiscal.

Sem capacidade de agir sobre despesas obrigatórias, o governo tem restringido justamente as chamadas despesas discricionárias, como as previstas na manutenção de museus, construção de novas unidades hospitalares e centros de inovação e tecnologia.

A Folha analisou a lista de despesas discricionárias da União dos últimos quatro anos, considerando também emendas parlamentares individuais. Até a semana passada, 508 ações não haviam recebido nenhum pagamento em 2018.

Promessa de Temer quando lançou o Plano Nacional de Segurança, no início de 2017, a construção de penitenciárias em Itajaí (SC), Iranduba (AM), Charqueadas (RS), Montes Claros (MG) e Santa Leopoldina (ES) foi lançada com a expectativa de R\$ 200 milhões em





gastos no ano passado.

O projeto não deslanchou, teve sua dotação reduzida à metade neste ano e, até o momento, nada foi pago.

No Ministério da Saúde, a Fiocruz, centro de excelência na produção de medicamentos, aguarda recursos para dois institutos de saúde voltados a mulheres e crianças.

Falta dinheiro também para a nova unidade administrativa no Rio de Janeiro, uma unidade de pesquisa em Belo Horizonte e um centro de desenvolvimento tecnológico de insumos para o SUS.

De 2015 a 2017, esses projetos receberam R\$ 50 milhões. Neste ano, a previsão era que recebessem R\$ 25 milhões, mas o desembolso está zerado.

O programa que dá apoio à compra de medicamentos para doenças raras, incluído no Orçamento deste ano, tampouco recebeu recursos.

O ministério afirma que trocou essa previsão orçamentária por outra, mas a ação de destino citada nem sequer aparece na previsão do Orçamento de 2018.

Segundo associações de defesa dos interesses dos portadores de doenças raras, pelo menos 13 pessoas morreram enquanto aguardavam decisão judicial para receber remédio.

A escassez também afeta centros de ensino, pesquisa e o acervo histórico e natural.

O Brasil, com seus 22 sítios tombados pela Unesco como patrimônio da humanidade, não destina os recursos devidos para garantir sua preservação, como prevê o acordo com o órgão da ONU (Organização das Nações Unidas).

Um deles é o Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí. Quase 60 vigias foram demitidos neste ano.

O parque é administrado pela Fundação Museu do Homem Americano (Fumdam), criada pela arqueóloga Niède Guidon. Nele, existem inscrições rupestres que comprovam a presença do homem na América há mais de 50 mil anos.

"Até pouco tempo, a fundação ajudava na manutenção do parque. Recebíamos recursos via Lei Rouanet e só a Petrobras doava R\$

2 milhões por ano. Esse dinheiro não vem mais", disse Yedda Castro Reis, advogada da fundação.

A restrição orçamentária conteve planos da Ufla (Universidade Federal de Lavras).

Após investir R\$ 222 mil no projeto de um hospital de alta complexidade, em 2016, a reitoria decidiu congelar a ideia e concentrar esforços em uma alternativa bem mais barata: um hospital de 80 leitos com pronto-socorro e atendimento ambulatorial.

A proposta inicial custaria R\$ 135 milhões, oito vezes mais. A troca, segundo Josiana Barçante, chefe de gabinete da reitoria, foi uma saída "pé no chão". "No cenário político e econômico atual, apostamos em começar pequeno."

O impacto também é internacional. Mais de uma dezena de órgãos dos quais o Brasil é membro estão sem receber.

Agências da ONU, como a FAO (alimentação e agricultura) e a Unido (Desenvolvimento Industrial), também não receberam pagamentos do Brasil neste ano.





Programas sem repasses em 2018

Hospitais universitários

Obras na Universidade Federal do Tocantins e na Universidade Federal de Lavras

Estudos do semiárido

Construção do Insa (Instituto Nacional do Semiárido)

Penitenciárias

Construção de presídios federais em Itajaí (SC), Iranduba (AM), Charqueadas (RS), Montes Claros (MG) e Santa Leopoldina (ES)

Fiocruz

A instituição não recebeu a verba para a construção de nova unidade administrativa

Depósito de lixo atômico

Implementação do repositório de rejeitos de baixo e médio níveis

Centro de monitoramento de desastres naturais

O núcleo funciona 24 horas por dia monitorando as áreas de risco de 957 municípios classificados como vulneráveis

Barragens

Duas obras no Nordeste ficaram sem verba: a da Germinal, no Ceará, e a de Oiticica, no Rio Grande do Norte

OUTRO LADO

Ministérios negam responsabilidade por falta de pagamentos

Nenhum ministério assumiu a responsabilidade pela falta de pagamentos a programas do governo federal previstos no Orçamento.

O Ministério do Planejamento informou que os limites de pagamento são dados pela Fazenda.

O Tesouro Nacional, que é vinculado à Fazenda, afirmou que seu papel é apenas definir o “montante global” de despesas a serem pagas em cada pasta, tendo como base os valores reservados pelo Planejamento.

“O dinheiro é transferido ao ministério setorial, ao qual cabe definir a execução do gasto e priorizar os recursos dentro de cada área”, disse o Tesouro por meio de sua assessoria.

O Ministério de Educação afirmou que as ações são executadas pela administração indireta, que é autônoma. Por isso, a pasta informou que “não tem ingerência nos processos de liquidação e pagamento das unidades vinculadas”.

O investimento no hospital da

Ufla ainda não foi executado, segundo o MEC.

O Ministério da Segurança Pública informou que as obras das penitenciárias dependem de terrenos cedidos pelos municípios. Por isso, as tratativas para os presídios não evoluíram.

No caso de Charqueadas (RS), a seleção do terreno foi concluída em janeiro. “Após a finalização do estudo [geológico], serão elaborados os projetos executivos e complementares, bem como planilhas orçamentárias”, informou.

O Ministério da Saúde disse que a execução orçamentária pode ocorrer até o fim do ano.

Segundo a pasta, o não pagamento das ações citadas representam 0,06% das despesas previstas —R\$ 73,8 milhões de um total de R\$ 131,4 bilhões para este ano.

No caso da Fiocruz, “o orçamento destinado a instituição é crescente”.

O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e

Comunicações disse que não houve contingenciamento neste ano.

O orçamento do Insa (Instituto Nacional do Semiárido) foi reforçado em abril, diz a pasta, que não esclareceu o volume de desembolsos, até o momento, abaixo do que foi reservado para o órgão.

Sobre a barragem Germinal (CE), o Ministério da Integração afirmou que a execução da obra é de responsabilidade do governo do Estado. A pasta diz que inauguração ocorreu em agosto de 2017. Mas o Orçamento prevê o desembolso de R\$ 8,6 milhões neste ano.

Responsável pela política de relações exteriores brasileira, o Itamaraty afirmou que os atrasos têm impacto na atuação do país nos fóruns.

“No âmbito da Comissão Interministerial de Participação em Organismos Internacionais, criada em fevereiro de 2016, tem-se discutido, mesmo com as limitações impostas pelas restrições orçamentárias vigentes, meios de encontrar soluções sustentáveis para o problema”, afirmou o Itamaraty.

Mais que dinheiro, falta critério no país da gastança

ROLF KUNTZ

Gastar demais é apenas um dos vícios do governo brasileiro, um dos mais visíveis e mais criticados. Esse vício é complementado e agravado por outro. Além de estourar suas contas, afundar em dívidas e pagar juros muito altos para se financiar, o governo gasta escandalosamente mal. A maior parte da enorme despesa anual pouco favorece o crescimento econômico, a criação de empregos, a modernização do País e o aumento do potencial produtivo. A estagnação da indústria, o desemprego de quase 13 milhões de trabalhadores, o despreparo da mão de obra e o analfabetismo funcional de cerca de 38 milhões de pessoas são claros sintomas de um desperdício de proporções amazônicas. Dispondo de uma carga tributária de cerca de um terço do produto interno bruto (PIB), o poder público entrega muito menos que as administrações de outras economias emergentes. Nestas outras, a tributação equivale em média a uns 20% da produção anual de bens e serviços.

Mas a educação fundamental é frequentemente melhor que a brasileira, as contas públicas são menos desequilibradas e o desempenho econômico foi bem mais satisfatório nos últimos dez anos. No Brasil, o dinheiro desperdiçado vai para o ralo por várias canaletas. No próximo ano serão consumidos R\$ 306,4 bilhões

só com os chamados gastos tributários, segundo estimativa divulgada na semana passada pela Receita Federal. São vantagens fiscais concedidas, nem sempre de forma justificável, a regiões, empresas, organizações sem fins lucrativos, grupos diversos e indivíduos às vezes muito bem de vida. Não há uma avaliação clara dos benefícios produzidos pelas várias facilidades incluídas nesse conjunto. Apesar de obscuros quanto aos efeitos, esses gastos crescem seguidamente. Deste ano para o próximo o aumento previsto é de R\$ 23 bilhões, como informou o Estadão na quarta-feira. No Ministério da Fazenda, segundo noticiou o jornal no dia seguinte, técnicos têm procurado meios de reduzir ou eliminar parte das concessões. Se tiverem sucesso, o presidente eleito em outubro receberá um Orçamento um pouco mais administrável. Mesmo sem grandes encargos adicionais, o governo central terá dificuldade em 2019 para manter o déficit primário dentro do limite previsto de R\$ 139 bilhões.

O resultado primário é calculado sem o custo dos juros vencidos. Os juros e o principal vêm sendo rolados há vários anos e, por isso, a dívida tem crescido. Essa tendência só será alterada quando houver algum superávit primário, isto é, alguma sobra para a liquidação pelo menos

parcial dos encargos financeiros. Isso poderá ocorrer, segundo especialistas, lá por 2023, se nada sair muito errado. Esta última hipótese é obviamente otimista, nas condições de hoje. Não basta, no entanto, encontrar meios de reduzir ou eliminar parte dos benefícios. Um corte linear também será uma solução de qualidade muito duvidosa. Parte das facilidades tributárias pode ser justificável com razões muito sólidas. Incentivos podem ser econômica e socialmente benéficos quando fazem, de fato, diferença para o desenvolvimento regional, para a pesquisa científica e tecnológica ou para a prestação de serviços médicos gratuitos ou acessíveis.

Em todos os casos, é preciso planejar cada benefício com muito cuidado e avaliar periodicamente seus efeitos. Não tem havido avaliação regular dos gastos tributários, como já advertiu o Tribunal de Contas da União, nem padrões claros e consistentes para determinar a concessão de facilidades. As vantagens são distribuídas segundo critérios muito raramente vinculados a noções de planejamento, de prioridades e de estratégias de desenvolvimento econômico e social. Pesam nas decisões a influência política dos beneficiários, a comunidade de interesses econômicos e o desejo de fazer boa figura. Isso vale tanto para





a concessão de benefícios fiscais quanto para a decisão sobre desembolsos e distribuição de subsídios. Esse bolo enorme de renúncias e de despesas pode conter ingredientes muito diversos e inconciliáveis para o senso comum.

O conjunto pode incluir financiamentos de shows, moleza fiscal para quem recebe dividendos, desonerações de encargos sem criação de empregos e incentivos a indústrias limitadas a exportar para o Mercosul. Pode também conter sustentação de preços mínimos para certos produtos agrícolas, financiamento à exportação, bolsas de estudos para boas escolas, sempre com garantia de algum acerto de contas, e ajuda a hospitais beneficentes. Alguns desses programas produzem, quando bem

executados, efeitos econômica e socialmente positivos. Isso tem sido mostrado pela experiência internacional e comprovado amplamente no Brasil. Não se trata, no entanto, apenas de selecionar com cuidado alguns objetivos e grupos beneficiários. É preciso definir claramente certos objetivos de longo prazo, sustentáveis por muito tempo, e metas estratégicas e variáveis de acordo com etapas do desenvolvimento.

Planejamento respeitável tem como pressuposto dinheiro público manejável de forma racional. Isso é quase impossível quando o Orçamento, como no Brasil, é amarrado por despesas dificilmente comprimíveis e por vinculações de verbas. Essas vinculações podem ter sido inventadas com excelentes

intenções, mas são incompatíveis com a racionalidade e ainda favorecem a incompetência e a corrupção. Para que desenhar programas eficazes para a educação, quando há verbas garantidas e despesas obrigatórias? Prioridades mal escolhidas – e com evidente viés eleitoral – facilitaram a expansão de um ensino superior de baixa qualidade e pouca serventia. Ao mesmo tempo, os cursos fundamental e médio continuaram ruins, como têm comprovado testes internacionais e nacionais. Falar em falta de dinheiro é discutir a questão errada, especialmente quando muitos bilhões são desperdiçados a cada ano. A maior parte dos presidenciais tem ficado longe desses temas.

JORNALISTA

CONJUNTURA »**Oportunidades em leilão**

Com preços mínimos geralmente mais baixos que os de mercado, imóveis oferecidos em licitações públicas podem ser uma boa chance para quem quer investir. Nos últimos anos, ofertas feitas por órgãos do governo vêm aumentando

» BRUNO SANTA RITA*

Leilões públicos para venda de imóveis do governo estão se tornando comuns no país, diante da necessidade das administrações de arrecadar fundos para combater deficits. Muitas dessas vendas podem ser uma oportunidade para pessoas físicas interessadas em investir em imóveis, já que os bens costumam ser oferecidos com preços iniciais mais baixos que os de mercado.

De 2016 para cá, levando em conta apenas imóveis da União, foram vendidos 59 bens, que geraram uma receita de R\$ 157,5 milhões. O número vem aumentando. Em 2016, foram apenas 17 imóveis, quantidade que subiu para 26 em 2017. Neste ano, até agosto, foram realizadas 16 vendas e lançados outros três editais.

Além dos imóveis da União, há leilões de bens em nome de muitos órgãos vinculados ao governo. O

Banco do Brasil, por exemplo, concluiu 22 vendas neste ano. O banco ainda tem 38 vendas em andamento e um total de 95 imóveis disponíveis. Parte desses imóveis foram parar nas mãos do banco em processos de recuperação de dívidas, inclusive em linhas de financiamento imobiliário.

Para o presidente em exercício da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal (Ademi-DF), Eduardo Aroeira, a venda de imóveis do governo que não estão sendo usados pela administração é positiva para o país. “A dívida pública é alta e o governo paga elevado montante de juros. Ao mesmo tempo, tem bastante patrimônio, que se valoriza muito pouco com o tempo. Faz mais sentido vendê-lo”, argumenta.

Aroeira faz uma analogia com a economia doméstica. “Imagine uma família endividada que tem um terreno. Não faz sentido a família dever ao banco e manter aquele terreno parado, sem render. O melhor seria vendê-lo e pagar as dívidas”, indica. Aroeira ressalva que os processos são análogos, porém, mais complicado no caso do governo, já que há a necessidade de transparência e outros processos burocráticos.

O presidente da Ademi explica que tanto empresas quanto pessoas

físicas podem participar desses leilões, que são públicos. As regras de pagamento podem variar de acordo com cada edital. “O valor pode ser exigido à vista, mas muitos leilões aceitam formas de financiamento”, informa.

Aroeira alerta que é preciso considerar todos os itens que envolvem a compra. “É preciso avaliar se o imóvel está em bom estado e se há boas condições para a aquisição”, indica. Ele avisa que sempre existem boas opções no mercado, bastando uma pesquisa ampla para achar a melhor opção. E acrescenta que é importante ficar de olho nos lances para não se comprometer com um valor que não se possa sustentar.

Para o presidente da Ademi, o mercado deve continuar positivo para esse tipo de comercialização, uma vez que, independentemente dos próximos governantes, o incentivo das vendas desses imóveis deve continuar. “Creio que essa será uma tendência qualquer que seja o presidente eleito. Essa política deve se intensificar daqui para a frente”, avalia. Além disso, as operações tendem a competição no mercado. “O insumo do setor é o terreno. O aumento da quantidade das ofertas de terrenos é sempre positivo para todo mundo, tanto para as incorporadoras quanto para os clientes”, afirma.





Como funciona

O leiloeiro público oficial Emerson Moreira Oliveira explica que, como os leilões são públicos, todas as pessoas podem participar. Ele explica também que, além do valor de venda, o comprador tem que arcar com uma comissão de 5%, que é o ganho do leiloeiro no processo. “É o único ganho garantido pela prestação do serviço. Porém, podem ser agregados outros valores, como taxas de serviços”, alerta.

Após o cadastro prévio dos concorrentes, o leiloeiro marca o dia do leilão. As ofertas e os lances podem ser feitos de forma presencial ou pela internet, nos casos em que o edital permitir. “O leilão pode ser feito de forma presencial, com o leiloeiro que bate martelo e tudo o mais. E tem o leilão on-line, desde que o site seja homologado pelo governo ou órgão de tecnologia responsável”, informa Oliveira.

Antes de participar de um leilão, é recomendável que o pretendente à aquisição do imóvel leia atentamente o edital ou as normas e condições de pagamento e participação. “Por mais chato que seja fazer isso, essas informações precisam ser conhecidas”, explica Oliveira. Além

disso, ele recomenda que se avaliem detalhadamente as condições do imóvel. “É importante visitá-lo antes da compra”, indica.

É importante ainda analisar o leiloeiro responsável. “É bom checar quem é o profissional, qual é o seu histórico e se teve outras experiências”, diz Oliveira. Isso aumenta a chance de o processo correr adequadamente e as chances de sucesso para o comprador.

O leiloeiro também orienta os interessados a estabelecerem um limite para o valor dos lances que pretende dar. É comum que, no calor do momento, as pessoas façam apostas que, depois, não conseguirão cobrir. “As multas são bem altas. Elas podem chegar a até 30% do valor final do imóvel. E o responsável por pagá-la é quem firmou o compromisso de comprar o imóvel com o lance mais alto”, afirma. Eventualmente, pode não haver lances, ou serem feitas ofertas menores do que o valor mínimo. Nesses casos, o leiloeiro, junto com o proprietário ou com a Justiça (em casos de leilões judiciais) decidem o que fazer com o imóvel.

*Estagiário sob supervisão de Odail Figueredo





Atenção ao lance

Leilões promovidos por órgãos públicos podem ser uma boa oportunidade de comprar imóveis por preços mais em conta

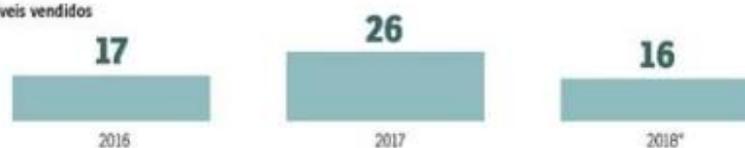
O governo passou a vender terrenos, prédios, casas e apartamentos com a intenção de engordar o caixa. Para isso, são abertos leilões públicos, dos quais qualquer pessoa pode participar. Porém, há cuidados a se tomar antes de adquirir um bem do governo:

- 1º** Leia atentamente o edital ou as normas e condições de pagamento e participação do leilão. São informações técnicas, porém, fundamentais para quem deseja participar.
- 2º** Procure conhecer detalhadamente o que pretende comprar. É necessário saber os detalhes e informações de origem daquele bem, como quem foi o proprietário anterior e qual era o uso, por exemplo.
- 3º** Estabeleça um limite máximo para o lance. O leilão pode ser um ato envolvente por natureza. Isso pode influenciar o pretendente a dar lances que não pode suportar. Não cumprir esses lances pode gerar multas altíssimas, de até 30% do valor final, além do pagamento da comissão do leiloeiro, que é de 5%.
- 4º** Verifique quem é o leiloeiro. É importante saber o histórico da empresa que está fazendo a venda do bem. Leilões, de qualquer natureza, só podem ser realizados por leiloeiros oficiais.
- 5º** Procure sempre estar presente nos leilões. Visite o imóvel pretendido antes e conheça o que está comprando. É importante tirar todas as dúvidas sobre o bem pretendido.
- 6º** Confira se os preços estão dentro do mercado. Geralmente, o valor mínimo tende a ser mais baixo que o de mercado, o que não significa que o imóvel será vendido por esse preço. O valor final vai depender dos lances.

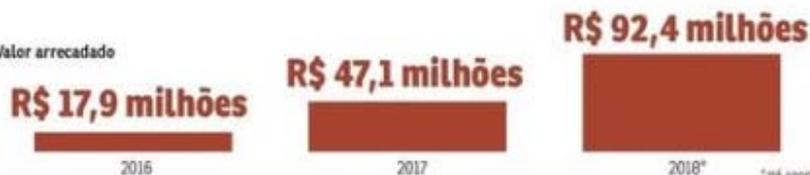
Histórico de vendas de bens da União:

De 2016 até agora, foram vendidos 59 imóveis da União por meio de licitação pública, com arrecadação total de R\$ 157,5 milhões.

Imóveis vendidos



Valor arrecadado



Fonte: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; especialistas